

## A Relação *Eu-Tu* no Discurso da Crônica Jornalística<sup>a</sup>

Ana Carolina Motta Davi (PUCRS)<sup>1</sup>

**Resumo:**

Esse artigo tem por objetivo descrever e verificar a relação locutor-alocutário presente na crônica jornalística brasileira, mais especificamente na crônica de Paulo Sant'ana intitulada "O minhocão dos bebuns". Para tanto, firma-se nos estudos enunciativos de Émile Benveniste (1989), mais especificamente nos mecanismos enunciativos e nos elementos de modalização propostos pelo autor de acordo com o aparelho de funções proposto pelo mesmo em Problemas de Lingüística Geral I.

**Palavras-chave:** enunciação, modalização, crônica jornalística

**Abstract:**

*The object of this article is to describe and verify the I-you relation present in the Brazilian journalistic chronic, more specifically in Paulo Sant'ana's chronic entitled "O minhocão dos bebuns". For that, it is based on Émile Benveniste's utterances studies (1989), more specifically on the utterance mechanisms and on the modality elements proposed by the author according to the functions mechanism proposed by her in Problems in General Linguistics I.*

**Keywords:** *modality, enonciation, journalistic chronic*

## 1. INTRODUÇÃO

Para os estudos enunciativos propostos por Émile Benveniste (1989), é fundamental o discurso estabelecer o diálogo característico da enunciação entre locutor e alocutário para que constitua a relação de *intersubjetividade* própria da linguagem. Tendo em vista a relevância da relação *eu-tu* no uso da língua.

Assim, aqui tem-se por objetivo verificar, em uma crônica jornalística, como o locutor assume o seu dizer em relação ao alocutário, e, da mesma forma, como o alocutário relaciona-se com o locutor, a partir do que Benveniste chama de “aparelho de funções”.

Para tanto, este estudo está estruturado da seguinte maneira: 1) ancoragem teórica, com a seleção e explicitação dos aspectos relevantes da Teoria da Enunciação de Benveniste para o trabalho; 2) considerações metodológicas com a descrição do *corpus* assim como a caracterização do gênero crônica; 3) análise e discussão dos resultados e 4) considerações finais.

## 2. Ancoragem teórica: enunciação e modalização

A partir de Saussure, muitos teóricos elegeram como objeto de seus estudos a língua por entenderem que o estudo do sistema daria maior cientificidade às pesquisas. A preocupação com o sentido possibilitou aos pesquisadores enfocarem a língua em uso sem que a lingüística perdesse seu caráter de cientificidade. Entre esses pesquisadores, encontram-se os teóricos de estudos enunciativos, que defendem a enunciação como situada no “intervalo” língua/fala ou como constituída pelas duas.

Os estudos enunciativos, em geral, preocupam-se com o modo como sujeito se marca no discurso, considerado produto da enunciação. Segundo Flores e Teixeira (2005), estudar a enunciação é dirigir o olhar para o fato de o locutor ter dito o que

disse e não para o dito em si, é procurar mostrar como o sujeito representa naquilo que faz em situações únicas e irrepetíveis.

Dentre os teóricos enunciativos que elegeram questões ligadas à intersubjetividade, encontramos o estudo de Émile Benveniste, autor cujas reflexões teóricas embasarão este trabalho. É, no texto de 1970 “O aparelho formal da enunciação” de Benveniste, que se encontra a definição de enunciação como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização. Para esse autor, na enunciação se deve considerar, consecutivamente, o próprio ato, as situações nas quais ele se realiza e os instrumentos que possibilitam sua realização.

Com relação ao ato individual pelo qual se utiliza a língua, constitui-se o diálogo inerente a toda enunciação, por meio das figuras enunciativas de locutor e alocutário, pois, como afirma o autor, “Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.” (Benveniste, 1989, p. 83).

No que diz respeito à situação, o autor afirma que a enunciação estabelece certa relação com o mundo, instituindo a referência no discurso, as marcas espaciais e temporais (do que se fala, onde se fala e em que momento se fala). Todos esses elementos constituem-se de acordo com o locutor, centro da enunciação. Como afirma o autor, “ Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.” (Benveniste, op. cit., p.84).

Com relação aos instrumentos, Benveniste (op. cit.) traz um “aparelho de formas” e um “aparelho de funções”. Do aparelho de formas, salienta os índices de pessoa, tempo e espaço.

De acordo com a definição do índice de pessoa encontra-se o fundamento da subjetividade. ‘Ego’ é o *eu*, locutor, e tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*, alocutário. É a partir de uma realidade dialética que englobe aquele que fala (*eu*) algo (referência) a alguém que escuta algo (*tu*) e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade e da intersubjetividade. Toda enunciação é uma alocação e postula um locutor e um alocutário. O



fundamento da intersubjetividade está no fato de que o locutor, ao se marcar como *eu*, institui o seu *tu*, os quais, conforme Benveniste (op.cit.), não devem ser tomados como figuras, mas como formas lingüísticas que indicam a ‘pessoa’.

A importância do lugar do locutor na enunciação em Benveniste é destacada por Fiorin (2005, p. 174):

O espaço lingüístico ordena-se a partir do lugar do ‘ego’. Todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância o seu lugar físico no mundo, pois aquele que os situa se coloca como centro e ponto de referência da localização.”

Na teoria enunciativa de Benveniste, existe ainda o conceito de *ele*, não-pessoa. *Ele* é aquilo de que se fala, é o que se passa entre *eu* e *tu*, ou seja, é a referência constituída na enunciação.

Tratar-se-á agora do índice de tempo. Segundo Benveniste (op. cit.), o índice de temporalidade tem o ‘presente’ como marca principal, porque passado e futuro constituem-se a partir do presente em que o locutor se enuncia. Isso porque esse presente tem como referência temporal um dado lingüístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve. A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso.

Por fim, o aparelho de formas trata dos índices espaciais que se referem aos numerosos índices de ostensão (tipo *este*, *aqui*, etc.) presentes na enunciação. Tais termos implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do termo. As formas denominadas tradicionalmente como “demonstrativos” aparecem, a partir da enunciação, como uma classe de indivíduos lingüísticos. O estatuto de indivíduo lingüístico se deve ao fato de que os índices espaciais nascem de uma enunciação, são produzidos por este acontecimento individual, são engendrados cada vez que uma enunciação é proferida e sempre designam algo novo.

Do aparelho de funções, Benveniste (op. cit.) traz os mecanismos enunciativos que fornecem as condições necessárias às grandes funções sintáticas, pois, como coloca o autor, “Desde o momento em que o locutor se serve da língua para

influenciar de alguma forma o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções.” (Benveniste, op. cit. P. 86).

Dentre o aparelho de funções destacam-se a asserção, a interrogação e a intimação.

A *interrogação* é uma enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’, por um processo lingüístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada.

De modo semelhante tem-se a *intimação* que dispõe de ordens, de apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do locutor com o alocutário.

A *asserção* tanto em seu rodeio sintático, quanto em sua entonação, visa comunicar uma certeza e é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação.

Organizam-se subjacentes ao aparelho de funções, ainda, todos os tipos de modalidades formais, pertencentes aos verbos, como ‘modos’ (indicativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do locutor do ângulo daquilo que enuncia, à fraseologia (‘talvez’, ‘provavelmente’) e indicando incerteza, possibilidade, etc., ou recusa de asserção.

Benveniste (op. cit.) ainda aborda a questão da modalidade em outro texto anterior à publicação de “O aparelho formal da enunciação”. Quando o autor elocubra sobre as relações de auxiliaridade no verbo, também traz a questão modalidade. Trata-se de uma reflexão acerca dos verbos *dever* (devoir) e *poder* (pouvoir) presente no texto “Estrutura das relações de auxiliaridade” (1965). De fato, segundo o autor, como categoria lógica, a modalidade compreende a possibilidade, a impossibilidade e a necessidade. Na perspectiva lingüística esses modos se reduzem a dois, possibilidade e necessidade, duas modalidades primordiais e necessárias tanto à lógica quanto à lingüística. Benveniste (op. cit., p. 196) afirma que *poder* e *dever* são modalizantes por função.

Segundo Silva (2004, p. 54), essas modalidades servem para o locutor situar sua enunciação em relação às categorias do “certo” e do “possível”, revelando, dessa



forma, determinada posição ao alocutário, com um maior ou menor engajamento relativo ao conteúdo das proposições veiculadas, em torno do que se concebe como eixos do crer (possibilidade) e do saber (necessidade).

A autora, alicerçada em Benveniste, traz como mecanismos de modalização no discurso marcas lingüísticas que mostram o engajamento enunciativo do locutor como “certo” ou como “possível”. No primeiro caso, podem ser empregados os seguintes elementos: auxiliar modal “deve”, presente do indicativo, expressões como “é certo”, “certamente”, “é preciso”, “é necessário”, “necessariamente”, “é óbvio”, etc. No segundo caso, podem ser utilizados os seguintes elementos: modo subjuntivo, futuro do pretérito com valor de probabilidade, auxiliar modal “pode”, expressões como “é provável”, “provavelmente”, “é possível”, “possivelmente”, “talvez”, “parece que”, etc.

Ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas atitudes perante os enunciados que produz através de mecanismos enunciativos do aparelho de função, conforme Benveniste.

Quando um locutor, ao produzir enunciados, recorre predominantemente às modalidades do campo da certeza, o discurso pode parecer autoritário. O locutor procura manifestar um saber e obriga o alocutário a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. Aqui há grau máximo de engajamento do locutor e ele utilizará o recurso à autoridade, fazendo uso de marcas de certeza.

Em contrapartida, o uso de marcas do eixo do crer permite ao locutor situar a sua enunciação no campo da “liberdade” e o discurso adquire um “estilo dialógico”, permitindo a polêmica e o debate. O locutor não impõe (ou finge não impor) a sua opinião, deixando, dessa maneira, ao alocutário, a possibilidade de aceitar ou não os argumentos apresentados, de aderir ou não ao discurso que lhe é dirigido. Ou seja, trata-se de uma espécie de “manobra discursiva”.

Recorrer aos recursos contidos no aparelho de funções (interrogação, asserção, intimação e modalidades) permite ao locutor marcar distância ou proximidade em relação ao que diz, marcando pelo modo de dizer a intersubjetividade constitutiva de todo ato enunciativo.

É esse modo de dizer, através dos elementos do aparelho de funções, que se pretende verificar no funcionamento enunciativo da crônica. A seguir busca-se explicitar questões relativas ao *corpus* escolhido para análise.

### 3. Considerações metodológicas

As considerações metodológicas do presente estudo abrangerão a caracterização do *corpus*, crônica jornalística, e os procedimentos de análise que serão utilizados para que se possa demonstrar os mecanismos enunciativos e os elementos de modalização presentes no texto a ser analisado e arraigados na relação *eu-tu*.

#### 3.1 O *corpus*: a crônica jornalística

O *corpus* deste estudo é uma crônica jornalística, publicada no jornal *Zero Hora* em 27 de junho de 2008 (edição de número 15645), intitulada “O minhocão dos bebuns”, cuja autoria é de Paulo Sant’ana, colunista diário desse periódico.

Sendo o *corpus* desse estudo uma crônica, busca-se situar teoricamente esse gênero em Rosseti e Vargas (2006). Segundo eles, a crônica jornalística brasileira é uma inovação do sentido primeiro do termo. De acordo com Moisés (1978, p. 245), o vocábulo ‘crônica’, proveniente do grego *Cronikós* (ou relativo ao tempo), designava no início da era cristã, uma lista de acontecimentos ordenados em seqüência cronológica. Em sua origem, a crônica era uma narração histórica cronologicamente ordenada na qual não havia a interpretação do cronista. Somente a partir do século XIX, a crônica se apresenta como um produto especificamente literário, assumindo características que a tornaram um gênero autônomo.

Segundo Rosseti e Vargas (op. cit., p. 8), a crônica está ligada ao seu próprio tempo. Da mesma maneira que é possível conceber pelo menos dois tempos distintos, cronológico e criador, pode-se dizer que o modo de se fazer crônica é em um tempo



criador que reinventa os fatos para traduzir verdades que a mera reprodução dos fatos não poderia expressar.

A crônica jornalística é espaço privilegiado para a inventividade e a criatividade, como afirma Pereira:

Determina novas relações com os gêneros jornalísticos, não se limitando a informar ou opinar; mas construindo novos significados na própria articulação entre várias linguagens que o cronista exercita para explicar as representações de seu mundo ao leitor. (PEREIRA, 2004, p. 32).

Esse gênero ocorre, normalmente, nos cadernos e revistas culturais, devido às características dessa área do jornalismo que trabalha menos com a urgência do fato e mais com as interpretações e análises dos eventos culturais e artísticos.

A crônica está na fronteira entre narração literária e informação jornalística da realidade. Ao recriar a realidade, a crônica abre campo para uma visão crítica que, segundo Lúcia Santaella (1966), necessita da criatividade para vir à tona. Neste sentido, criticidade e criatividade encontram-se e reforçam-se na crônica jornalística.

No Brasil, atualmente, a crônica é um gênero bem definido e peculiar. O cronista Heitor Cony (2006, p. 8) afirma ser a crônica um gênero tipicamente brasileiro. “Em outros países ela também existe, mas não com as nossas características.”.

No decorrer de sua história, a crônica no jornalismo brasileiro sofreu mutações e assumiu características próprias. Tal como é produzida no Brasil, caracteriza-se por ser uma composição breve publicada em jornais e revistas que, embora associada a atualidade, possui elementos ficcionais. Ela pode, assim, refletir de maneira irônica o imaginário coletivo presente no cotidiano. Como não quer ser uma mera reprodução dos fatos, usa recursos próprios da literatura para expressar-se: diálogos, alegorias, personagens típicos, analogias, etc. Além do estilo, a criação é visível também nos recursos lingüísticos usados na crônica, na estrutura e temporalidade próprias, como vemos nas palavras de Rosseti e Vargas:

“A crônica é um olhar diferente e fragmentário do real que não ambiciona a totalidade dos fatos, como uma fotografia do real que capta poeticamente o



instante, dando a ele uma dimensão de eternidade.” (ROSSETI e VARGAS, op. cit., p. 7).

Assim sendo, dentre as questões caracterizadoras do gênero crônica, definidas por Rosseti e Vargas (op. cit.), salienta-se o fato de a mesma ser uma composição breve que se vale de fatos do cotidiano, abordada em uma linguagem coloquial, composta de literatura e jornalismo e enunciada através de analogias, ironias, exageros, entre outros.

A escolha do corpus “crônica jornalística brasileira” deve-se ao fato de a mesma ser um gênero fascinante. Por ser genuinamente brasileira e de configuração contemporânea, é lida frequentemente por um público heterogêneo e fiel.

“Em uma sociedade pós-moderna e de informação, bombardeada a cada minuto por notícias boas e ruins, por guerras e acidentes, terremotos e tsunamis, a crônica deve servir de respiro, de um momento de reflexão e diversão para o público leitor e internauta, já que ela é rara no rádio e na televisão. É para isso que ela serve!” (REY, Luiz Roberto Saviani, 2007).

Segundo Antonio Candido (1980:5):

“A crônica não é um ‘gênero maior’ (...) ‘Graças a Deus’, - seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. E para muitos pode servir de caminho não apenas para a vida, que ela serve de perto, mas para a literatura (...). Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural.”

Definido genericamente o gênero crônica, passemos às categorias que nortearão nossa análise.

### **3.2 Categorias de análise**

Analisar-se-á duas categorias distintas: os mecanismos enunciativos, aqui considerados como a asserção, a intimação e a interrogação e os elementos de



modalização, considerados como as marcas enunciativas situadas no eixo do *crer* e do *saber*.

Definiu-se, como recorte para a análise, captar os mecanismos enunciativos (asserção, interrogação e intimação) e os elementos de modalização do eixo da possibilidade e do eixo da necessidade inseridos no texto. Adotando descrições breves dos mecanismos enunciativos a serem analisados, os mesmos já foram mais amplamente abordados no item 2, a asserção comunica uma certeza, a interrogação é construída para suscitar uma resposta e a intimação serve para delegar ordens e apelos, entre outras coisas. Da mesma forma, como descrição dos elementos de modalização, o eixo da possibilidade faz com que o *eu* não imponha a sua posição ao *tu*, enquanto o campo da necessidade força o *tu* a aderir ao discurso do *eu*.

Seguem abaixo dois quadros que elucidarão a orientação da análise. O primeiro refere-se aos tipos de mecanismos enunciativos a serem analisados pela crônica e o segundo menciona quais são os elementos de modalização que farão parte desse estudo.

Quadro 1 - Mecanismos enunciativos a serem analisados na crônica:

MECANISMOS ENUNCIATIVOS	
ASSERÇÃO	Pode ser entendida como sendo a transmissão de um elemento do conhecimento. Tanto em seu rodeio sintático, quanto em sua entonação, visa comunicar uma certeza. É a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação. Tem instrumentos específicos que a exprimem ou implicam, as palavras <i>sim</i> e <i>não</i> , que afirmam positiva ou negativamente uma proposição <sup>2</sup> .
INTERROGAÇÃO	É uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo lingüístico e de comportamento com dupla entrada. As formas lexicais e sintáticas da interrogação, como partículas, pronomes, seqüência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação. Pode ser entendida, de modo geral, como uma necessidade de obtenção de conhecimento.
INTIMAÇÃO	A intimação abrange ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação imediata entre locutor e alocutário numa referência necessária ao tempo da enunciação.

Quadro 2 – Elementos de modalização a serem analisados na crônica

ELEMENTOS DE MODALIZAÇÃO	
POSSIBILIDADE	Modo subjuntivo e futuro do pretérito com valor de probabilidade, auxiliar modal “pode”, expressões como “é provável”, “provavelmente”, “é possível”, “possivelmente”, “probabilisticamente”, “talvez”, “parece que”, etc.
NECESSIDADE	Presente do indicativo, auxiliar modal “deve”, expressões como “é certo”, “certamente”, “é preciso”, “precisamente”, “é necessário”, “necessariamente”, “é óbvio”, etc.

Os quadros 1 e 2 servirão como instrumento para a análise que será realizada no item 4, que tratará da “análise de funcionamento enunciativo-modalizante na crônica jornalística”, a seguir.

#### **4. A análise de funcionamento enunciativo-modalizante na crônica jornalística**

A análise desse estudo se dará sobre a crônica de Paulo Sant’ana, “O minhocão dos bebuns”, e nela se verificará o funcionamento enunciativo-modalizante presente no gênero crônica jornalística, utilizando para tanto as acepções de mecanismos enunciativos e de elementos de modalização expressas pelo item 3.2 e também os elementos contidos na definição do gênero crônica jornalística referidos em 3.1.

O texto segue na íntegra.

##### O minhocão dos bebuns

Este será o segundo fim de semana da vigência da lei de tolerância zero para o álcool no sangue dos motoristas.

Os bares e restaurantes, inteiramente prejudicados pela nova lei, já estão bolando medidas para tornar seus negócios viáveis.

Poderão tanto instalar beliches para depositar os clientes que se embriagaram até que passem os porres quanto deverão organizar um sistema de transporte dos clientes embriagados para suas residências.

Seria uma linha circular de ônibus articulados, tipo minhocão, que cumpriria um sistema circular pela cidade, arrecadando de bar em bar, de restaurante em restaurante, de churrascaria em churrascaria, os clientes embriagados.

Os ônibus seriam dotados de macas, parece que estou vendo os clientes sendo retirados dos bares e restaurantes sob a vista de todos, de macas.

E sendo acondicionados todos eles em nichos, tipo prateleiras, dentro dos ônibus, que conterão desfibriladores e oxímetros, além de tubos de oxigênio que socorrerão os casos mais graves de embriaguez.

Os ônibus serão tripulados por enfermeiros titulados em primeiros socorros e síndromes etílicas.



Os libadores contumazes poderão se organizar em cooperativas de transporte dos bares e restaurantes para suas residências.

Pagarão uma mensalidade e terão direito a atendimento diário, tipo Ecco Salva. Telefonarão para a central de atendimento e darão a localização do estabelecimento em que se entregarão à beberagem, que serão visitados de hora em hora pelos enfermeiros, que verificarão se já ocorreu o nocaute dos bebedores, quando serão acionadas as macas e outros equipamentos.

Já está provado que as pessoas normais costumam ser moderadas na quantidade de álcool que ingerem em bares e restaurantes, justamente para se acautelarem do detalhe que terão de dirigir para voltar para casa.

Com a nova lei, como não poderão dirigir depois de beberem nos bares e restaurantes, em face de que terão atendimento médico nos ônibus coletores, afundarão em porres homéricos, na certeza de que serão entregues sãos e salvos em seus domicílios pelas equipes de socorros.

A lei, que parecia ter o condão de conter o consumo do álcool, pode afinal vir a expandi-lo.

Tendo a certeza de que se cercarão de todas as garantias médicas e de transporte para retornarem para suas casas após a libação, os bebedores sociais se transformarão logo em seguida em bêbados inveterados.

Pode sair o tiro pela culatra.

Desde que não dirijam.

Em zonas noturnas de altíssimo consumo de álcool, como a Rua Lima e Silva e adjacentes, a Rua Fernando Gomes, a Calçada da Fama, e adjacentes, a Rua Padre Chagas, haverá, em face do altíssimo número de bebuns que teimam em concentrar-se nesses pólos, estandes médicos equipados com UTIs e albergues, todos impeditivos de que os pacientes alcoolizados insistirem em dirigir.

Os próprios bares e restaurantes poderão adquirir bafômetros para examinar seus clientes, ir controlando-os aos poucos - e encaminhá-los para os serviços de atendimento e recolhimento competentes, conforme o índice de alcoolemia que apresentarem.

São apenas algumas das medidas que podem vir a ser adotadas às dezenas, para adaptação dessa nova lei repressora, que inaugura novos hábitos entre a população, os novos costumes que advirão com a revolucionária norma que está abolindo com os últimos prazeres das pessoas, que eram tomar um chope gelado num bar ou um vinhozinho nos restaurantes.

Nessa escalada regulatória, em breve será proibido beber em casa, no que por sinal farão muito bem os guardiões da ordem pública, pois não há nada mais sem graça do que beber em casa.

Sendo assim, vão ter que continuar saindo para beber na rua, se é que lhes permitem os legisladores esse prazer derradeiro.

Mas com o cuidado de não poder terminantemente voltar para casa dirigindo.

Após a leitura do texto, passa-se à análise.

O texto traz, de maneira breve, numa linguagem coloquial, por meio de ironias e exageros, um assunto cotidiano à época de publicação da crônica: a polêmica e rigorosa lei que amplia a punição para quem dirige alcoolizado no Brasil.

A análise de funcionamento enunciativo-modalizante da crônica em questão permite constatar que a asserção é o mecanismo enunciativo predominante no texto, como explicitam as passagens expressas pelo quadro 3.

Quadro 3 – Algumas das asserções contidas na crônica jornalística:

ASSERÇÕES	
EX.1	Este será o segundo fim de semana da vigência da lei de tolerância zero para o álcool no sangue dos motoristas.
EX.2	Os bares e restaurantes, inteiramente prejudicados pela nova lei, já estão bolando medidas para tornar seus negócios viáveis.
EX.3	Já está provado que as pessoas normais costumam ser moderadas na quantidade de álcool que ingerem em bares e restaurantes, justamente para se acutelarem do detalhe que terão de dirigir para voltar para casa.
EX.4	São apenas algumas das medidas que podem vir a ser adotadas às dezenas, para adaptação dessa nova lei repressora, que inaugura novos hábitos entre a população, os novos costumes que advirão com a revolucionária norma que está abolindo com os últimos prazeres das pessoas, que eram tomar um chope gelado num bar ou um vinhozinho nos restaurantes.

Como visto nas passagens do quadro acima o *eu* locutor dirige-se ao *tu* leitor e relaciona-se com o mesmo ao dirigir-lhe suas opiniões e crenças, ou seja, sua posição na enunciação, constituindo a intersubjetividade presente no uso da língua, num tempo presente, que é o tempo da enunciação e num lugar demarcado pelo centro de referência interno, que é 'ego', de onde se enuncia.

Nesse texto, além da asserção, aparece a intimação. As intimações presentes nessa crônica não representam ordens do autor para o leitor, ou seja, do *eu* para o *tu*. Aqui, outro *eu* aparece no texto, que seria a própria lei seca no trânsito, como mostra o quadro 4.

Quadro 4 – As intimações presentes na crônica jornalística:

INTIMAÇÕES	
EX.1	Com a nova lei, como <b>não poderão dirigir depois de beberem nos bares e restaurantes</b> , em face de que terão atendimento médico nos ônibus coletores, afundarão em porres homéricos, na certeza de que serão entregues sãos e salvos em seus domicílios pelas equipes de socorros.
EX.2	Nessa escalada regulatória, em breve <b>será proibido beber em casa</b> , no que por sinal farão muito bem os guardiões da ordem pública, pois não há nada mais sem graça do que beber em casa.
EX.3	Sendo assim, <b>vão ter que continuar saindo para beber na rua</b> , se é que lhes permitem os legisladores esse prazer derradeiro.



De acordo com o quadro acima, vê-se que os trechos destacados implicam ordens. Tais ordens, no entanto, não são atribuídas a desejos do autor, mas ao cumprimento da lei seca no trânsito, e, nesse caso, são dirigidas a um *tu* representado pela população brasileira, que está submetida à lei.

Nessa crônica não foram encontradas interrogações explícitas, tampouco implícitas ou sentido interrogativo. Há sim, por vezes, manifestação de dúvida do autor do texto, mas a dúvida por si só não caracteriza uma interrogação. A grande interrogação que permeia o assunto da crônica é: não seria esta lei de tolerância zero ao álcool no sangue dos motoristas um tanto exagerada? Poder-se-ia dizer, então, que a interrogação, como mecanismo enunciativo, trata do sentido do assunto do texto.

Com relação aos elementos de modalização está claro que a crônica trata de uma grande (e absurda) possibilidade: prováveis medidas que viabilizariam a bares e restaurantes manterem sua clientela após a aprovação da lei seca no trânsito.

No campo da possibilidade situa-se quase todo o texto. As marcas enunciativas encontradas relacionadas ao eixo do *crer* seguem no quadro 5.

Quadro 5 - Elementos de modalização do campo da possibilidade:

ELEMENTOS DE MODALIZAÇÃO DO CAMPO DA POSSIBILIDADE	
EX.1	<b>Poderão</b> tanto instalar beliches para depositar os clientes que se embriagaram até que passem os porres quanto deverão organizar um sistema de transporte dos clientes embriagados para suas residências.
EX.2	A lei, que <b>parecia</b> ter o condão de conter o consumo do álcool, <b>pode</b> afinal vir a expandi-lo.
EX.3	<b>Pode</b> sair o tiro pela culatra.
EX.4	Os próprios bares e restaurantes <b>poderão</b> adquirir bafômetros para examinar seus clientes, ir controlando-os aos poucos - e encaminhá-los para os serviços de atendimento e recolhimento competentes, conforme o índice de alcoolemia que apresentarem.
EX.5	São apenas algumas das medidas que <b>podem</b> vir a ser adotadas às dezenas, para adaptação dessa nova lei repressora, que inaugura novos hábitos entre a população, os novos costumes que advirão com a revolucionária norma que está abolindo com os últimos prazeres das pessoas, que eram tomar um chope gelado num bar ou um vinhozinho nos restaurantes.

De acordo com as passagens acima, fica evidenciada a escolha do *eu* de situar o seu discurso no eixo do *crer*. No exemplo 1 é destacada a presença do auxiliar modal “pode”, que embora esteja no futuro do presente, o que caracterizaria o eixo do *saber*, expressa o campo da possibilidade. Já o exemplo 2 traz em destaque, além do auxiliar modal “pode”, a expressão “parece” e a flexão no futuro do pretérito, todas situando o discurso em questão no campo da possibilidade. Os exemplos 4, 5, e 6, caracterizam probabilidades através do uso do auxiliar modal “pode”, e, a partir dessas escolhas, mais uma vez o autor se enuncia de acordo com o eixo do *crer*.

O eixo do *saber* também aparece na crônica, mas de forma reduzida, conforme mostra o quadro 6.

Quadro 6 - Elementos de modalização do campo da necessidade:

ELEMENTOS DE MODALIZAÇÃO DO CAMPO DA NECESSIDADE	
EX.1	Este <b>será</b> o segundo fim de semana da vigência da lei de tolerância zero para o álcool no sangue dos motoristas.
EX.2	Já <b>está provado</b> que as pessoas normais costumam ser moderadas na quantidade de álcool que ingerem em bares e restaurantes, justamente para se acautelarem do detalhe que terão de dirigir para voltar para casa.
EX.3	Nessa escalada regulatória, em breve <b>será proibido</b> beber em casa, no que por sinal farão muito bem os guardiões da ordem pública, pois não há nada mais sem graça do que beber em casa.

O quadro 6 mostra alguns dos elementos de modalização do campo da necessidade que aparecem na crônica. No exemplo 1 o uso do futuro do presente não deixa dúvidas ao leitor de que a informação contida nesse trecho do discurso é verídica e irrefutável. O exemplo 2 traz a expressão “está provado”, no presente do indicativo, o que não dá margem ao leitor para tornar a questão discutível. Impõe, dessa maneira, o *eu* a sua posição ao *tu*. O exemplo 3 mostra que a locução “será proibido”, marcada pelo futuro do presente, dá como certo o discurso em questão. Portanto, os três exemplos corroboram para o entendimento de que as marcas enunciativas em destaque posicionam esses discursos no campo da necessidade.



A crônica de Sant'ana está de acordo com as características das produções desse gênero no Brasil: é uma composição breve, publicada em jornal que, embora associada à atualidade, possui elementos ficcionais. Pode-se perceber que o texto em questão, como afirmam Rosseti e Vargas (2006), reflete de maneira irônica o imaginário coletivo presente no cotidiano. Grande parte da população brasileira posicionou-se de maneira semelhante a Sant'ana com relação à total intolerância da nova lei.

A crônica é abordada em uma linguagem coloquial, é composta de literatura e jornalismo, ou seja, de elementos ficcionais e reais, e o *eu* se enuncia através de analogias, ironias, exageros, entre outros. A ironia e o exagero aparecem principalmente na primeira parte, através de situações hipotéticas criadas pelo locutor com marcas enunciativas do *eixo da possibilidade*.

Ao realizar a análise enunciativo-modalizante do gênero crônica tem-se um meio eficaz de verificar marcas da enunciação e da modalização na relação discursiva entre locutor e alocutário.

## 5. Conclusões finais

A análise em questão preocupou-se em realizar, embasada nos estudos enunciativos teorizados por Émile Benveniste (1989), uma maneira de captar marcas do diálogo enunciativo entre *eu* e *tu*. Optou-se por direcionar a busca da relação entre locutor e alocutário através de mecanismos enunciativos (asserção, interrogação e intimação) e elementos de modalização (eixos do *crer* e do *saber*). Os mecanismos enunciativos implicam a participação do alocutário no discurso do locutor. Já os elementos de modalização situam o olhar do *eu* em relação a *tu*, ou seja, como o locutor prevê o alocutário.

O autor Paulo Sant'ana, de um lado, traz asserções em sua crônica, posicionando-se claramente em relação ao seu discurso que, nesse caso, é mostrar seu ponto de vista contrário as exageradas punições oferecidas a motoristas alcoolizados.



Por outro lado, situa sua enunciação no eixo do crer, oferecendo, dessa maneira, a seu alocutário, a possibilidade de concordar ou discordar de seu posicionamento, ainda que essa possibilidade possa tratar-se de uma espécie de “manobra discursiva”.

O estudo realizado corroborou a crença inicial de que seria possível identificar a relação locutor-alocutário através da análise do funcionamento enunciativo-modalizante da crônica jornalística. A partir das escolhas efetuadas pelo locutor para situar seu discurso em relação ao alocutário, utilização predominante do mecanismo enunciativo “asserção” e dos elementos modalizantes do campo da possibilidade, foi possível perceber a relação discursiva prevista por *eu* ao dirigir-se a *tu*.

A análise das relações discursivas entre locutor e alocutário permite que muitos outros subsídios enunciativos sejam responsáveis pela descrição desse diálogo, assim como o funcionamento enunciativo-modalizante pode ser utilizado para a análise da relação *eu-tu* em gêneros diversos e subsidiar análises em sala de aula para professores de língua portuguesa.

A crônica jornalística brasileira, por caracterizar um gênero interessante, tanto cultural quanto lingüisticamente, e por estar tão presente na vida dos brasileiros, publicada em jornais, revistas, *sites*, também pode auxiliar na realização de atividades pertinentes ao ensino do Português nas escolas brasileiras.

## **6. Referências**

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés-do-chão*. São Paulo: Ática, 1980.

CONY, H. *Cult - Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo: Bragantini, nº 100, ano 9, março/2006.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à Lingüística II. Princípios de Análise*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.



- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MOISÉS, M. *A criação literária – prosa*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- PEREIRA, W. *Crônica: a arte do útil e do fútil*. Salvador: Calandra, 2004.
- REY, Luiz Roberto Saviani. *A crônica é jornalística e brasileira e não se fala mais nisso!* Campinas: Lince, 2007.
- ROSSETI, Regina; VARGAS, Herom. *A recriação da realidade na crônica jornalística brasileira*. In: *UNIrevista – Vol. 1, nº 3, julho/2006*.
- SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.
- SANT'ANA, Paulo. *O minhocão dos bebuns*. Zero Hora, nº 15645, 2008.
- SILVA, Carmem Luci da Costa. *Eu-Tu: um diálogo sobre a esperança*. In: *Redação Instrumental: Concurso Vestibular 2004 / organizado por Comissão Permanente de Seleção (COPERSE)/UFRGS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

**Notas:**

---

<sup>1</sup> Aluna do PPGL PUCRS (Área de Concentração: Lingüística Aplicada).

<sup>2</sup> As palavras *sim* e *não* são referidas, de acordo com o quadro 1, apenas no que diz respeito à enunciação, assim como os demais elementos do mesmo quadro.